



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Unidade curricular

Direito Fiscal Internacional

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Paula Rosado Pereira - 2 horas

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A presente unidade curricular pretende apoiar os alunos no desenvolvimento de conhecimentos aprofundados sobre os grandes temas do Direito Fiscal Internacional. Procura alcançar-se tal objetivo através do estudo das bases teóricas do Direito Fiscal Internacional, a nível de conceitos, princípios e instrumentos internacionais; mediante o fomento de uma capacidade crítica, teoricamente sustentada, em relação às soluções consagradas a nível interno e internacional; e estimulando a análise e discussão sobre os temas mais atuais e controversos da fiscalidade internacional, tais como os desafios colocados pela erosão da base tributária ou pela tributação da economia digital.

Conteúdos programáticos

I. DFI – Objeto e conceito essenciais

1. Objeto
2. Fontes
3. Conceitos essenciais do DFI
4. Elementos de conexão
5. Universalidade e territorialidade
6. DTJI e DTEI

II. Princípios fundamentais do DFI

III. Residência, fonte e estabelecimento estável

1. Conceitos
2. Questões de equidade e de eficácia
3. Problemas específicos de aplicação
4. O desajustamento do conceito de estabelecimento estável?

IV. Convenções para Evitar a Dupla Tributação (CDT)

1. Evolução das CDT
2. Funcionamento e efeito prático das CDT
3. Articulação das CDT com o direito interno e com o direito europeu – Coexistência, interação e hierarquia
4. Princípio do efeito negativo das CDT
5. Afastamento do *Treaty overriding*

V. Interpretação das CDT

1. Interpretação
2. Natureza dos Comentários da CMOCD
3. A questão das qualificações



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

VI. Convenção Modelo da OCDE

1. Estrutura e características essenciais
2. Repartição do poder de tributar
3. Regras para os vários tipos de rendimento
4. Métodos de eliminação da DTJI – Modalidades e ponderação crítica
5. Princípio da não discriminação
6. Eliminação da dupla tributação económica internacional
7. Particularidades da CMOCDE de 2017

VII. Convenção Modelo da ONU e outros Modelos

1. Características essenciais
2. Principais diferenças face à CMOCDE

VIII. O novo contexto internacional e os desafios ao DFI

1. Planeamento fiscal internacional e elisão fiscal internacional
2. Concorrência fiscal prejudicial
3. Justiça fiscal internacional, princípio do benefício e princípio da tributação singular
4. O Projeto BEPS face ao DFI e às CDT

IX. Tributação da economia digital

1. Desafios
2. Propostas de solução
3. A questão do estabelecimento estável

X. Abuso das CDT e cláusulas antiabuso

1. Formas de abuso das CDT
2. O *treaty shopping* em particular
3. Cláusulas de tributação efetiva nas CDT
4. Cláusulas de beneficiário efetivo
5. LOBs em CDT
6. Cláusulas de substância

XI. Convenção Multilateral

1. Prevenção da erosão da base tributária e da transferência de lucros no âmbito das CDT
2. Convenção Multilateral – origem, regime e efeitos práticos

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos visam articular harmoniosamente as perspetivas teórica e prática do Direito Fiscal Internacional, ao partir dos princípios e conceitos essenciais deste ramo do Direito para a discussão dos temas mais atuais e relevantes da fiscalidade internacional.